

-----**ACTA N.º 19/2007**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** alertou para o facto de na estação de serviço, situada na EN 102, junto ao Lagar Municipal, não existir escoamento das águas pluviais, podendo provocar acidentes a quem circula nessa estrada. Referiu também, o facto de os automobilistas que circulam na direcção Trancoso-Celorico, que em vez de fazerem a curva podem entrar na estação de serviço, dado que, na sua opinião a entrada para aquele serviço não deveria localizar-se na curva.-----

-----Relativamente à questão colocada, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que iriam alertar o proprietário das bombas para proceder à alteração do escoamento e conduzir as águas pluviais para uma linha de água, no caso para o Rio Mondego.-----

-----Deu conhecimento que era intenção deste Executivo fazer um arranjo deste troço, construindo um passeio pedonal e ciclovia, projecto que está dependente dos arranjos da futura IP2, bem como, da cedência por parte dos proprietários, de uma fatia de terreno de pelo menos 5 metros.-----

-----Informou que o proprietário da estação de serviço, já deixou esse espaço contemplado e que em conversações com os outros proprietários, também se mostraram abertos à iniciativa. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por referir que este Executivo é constituído por cinco Vereadores, como tal, consideram que na qualidade de Vereadores da Oposição, têm o direito de serem informados dos assuntos que dizem respeito ao Executivo Camarário, sob pena de ser a opinião pública a assumir esse papel. -----

-----Na posse de um fax emanado pela autarquia ao Clube de Caça e Pesca de Celorico da Beira, datado de cinco de Julho do corrente ano, no qual se solicita a presença do responsável deste clube, nas instalações do Campo de Tiro aos Pratos, para uma inventariação do material aí existente, questionou o Executivo se este não seria um assunto que deveria ser discutido em reunião de Câmara e ser dado conhecimento a todos os seus elementos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva**, disse que este assunto, por enquanto, não é um assunto que tenha que ser discutido em reunião de Câmara. Esclareceu que no seguimento do trabalho de identificação do património da autarquia, foi detectado um artigo matricial, na zona do

campo de tiro, que não estava registado na Repartição de Finanças. Tendo-se concluído mais tarde, que este terreno era pertença da autarquia, uma vez que não existia qualquer protocolo de exploração ou transferência de propriedade a favor do Clube de Caça e Pesca. -----

-----Neste seguimento e dando continuidade a um trabalho de inventariação que tem vindo a ser desenvolvido pela Secção de Património, o referido clube foi informado da situação e notificado para estar presente nas instalações do Campo de Tiro, a fim de ser feito o correcto registo dos bens aí existentes, o que nunca veio a acontecer. -----

-----Referiu que, com as actuais condições o campo de tiro não pode funcionar, dado que infringe a legislação que estatui as normas para uma correcta utilização deste espaço, e que a principal preocupação deste Executivo é colocar esta infra-estrutura a funcionar, dotando o concelho de um equipamento capaz de servir o turismo e as associações, que dele quiserem usufruir.-----

-----Considera que este processo foi conduzido com total boa fé, por parte do Executivo, no entanto não foi assim entendido pela outra parte, que quis politizar o assunto.-----

-----Referiu ainda, o facto de ter sido detectado pelos serviços camarários a falta de um sistema de rega e de uma bomba, que não se encontravam no campo de tiro e que tinham sido adquiridos pelo erário público. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** considerou estar esclarecido sobre o assunto e questionou ainda, se durante a prossecução dos trabalhos, alguma vez foi trocada a fechadura e cortada a electricidade do espaço em causa. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** refutou qualquer acusação desta índole e informou que as únicas pessoas que se deslocaram a este espaço

foram os funcionários do património, que com toda a certeza não executaram qualquer acto dessa natureza.-----

-----Relativamente à informação a prestar ao Senhores Vereadores da Oposição, referiu que sempre se mostrou disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários, sobre esta ou qualquer outra matéria. -----

-----A fim de disponibilizar toda a informação existente na autarquia, sobre este assunto, solicitou que fosse anexada à presente acta, **(anexo I)** toda a documentação trocada entre as duas instituições. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** frisou uma vez mais que dentro da cordialidade que existe entre todos os Vereadores da Câmara Municipal, a informação deveria ser mais fluída e acessível a todos, de forma a evitar estes casos de contra informação, que em nada abona o bom nome deste órgão. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** pretendeu saber se a abertura do ano escolar no concelho tinha decorrido dentro da normalidade e se em termos de alimentação e transporte se mantinham os protocolos com as associações, bem como, face à legislação em vigor, como solucionaram o problema dos transportes escolares. -----

-----Relativamente às actividades extracurriculares pretendeu saber qual seria a entidade promotora, uma vez que teve conhecimento que a empresa “Ser Brilhante”, não continuaria a prestar este serviço. -----

-----Relativamente ao arranque do ano escolar, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que existem sempre situações menos boas, mas que com algum esforço e muito trabalho se vão resolvendo. -----

-----Referiu o caso concreto das inscrições para o transporte escolar, que deveria ter lugar durante os meses de Junho, Julho, o mais tardar Agosto e ninguém se inscreveu, obrigando a que a autarquia fizesse um

levantamento caso a caso, começando por se adoptar o circuito do ano passado e posteriormente ter sido objecto de ajustes. -----

-----Lamentou o facto de o Agrupamento de Escolas não ter colaborado com a autarquia, tendo inclusive, em alguns casos causado constrangimentos que obrigaram a uma alteração de procedimentos em cima da hora, caso do início das aulas, que inicialmente seria só para a 1.ª classe e 5.º ano e depois passou a ser para todos, obrigando a autarquia a um esforço adicional, para planear os transportes e a alimentação dos alunos. -----

-----No caso das actividades extracurriculares, como a autarquia não possui viaturas suficientes para assegurar o transporte, socorreram-se uma vez mais das associações do concelho. -----

-----Disse que tinha recebido o delegado dos taxistas, que pretendia que estes profissionais também pudessem colaborar com a autarquia no transporte das crianças. -----

-----Em termos de escolas de acolhimento, disse que ainda não estava tudo a 100%, mas a seu tempo tudo ficaria operacional, isto porque, muitas das vezes as situações só são apontadas pelos professores muito tardiamente. -----

-----Relativamente à empresa que irá desenvolver as actividades extracurriculares, foi enviado um ofício convite a sete empresas, para enviarem as suas propostas, mediante as condições estipuladas pela autarquia, a única que respondeu, foi precisamente, a “Ser Brilhante”, com a qual iria ter uma reunião no dia de hoje. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que houve uma preocupação da autarquia em criar bem-estar às crianças que são acolhidas nas escolas, tendo-se realizado diversos trabalhos de benfeitorias e criado espaços de lazer, lamenta que muitas das vezes as necessidades não sejam objecto de um levantamento atempado por parte

dos agentes educadores e enviado a tempo à autarquia para uma pronta intervenção. -----

-----Agradeceu o empenho e a colaboração das associações do concelho no trabalho que têm realizado em parceria com a autarquia. Referiu também que irá aconselhar a empresa a quem vão ser adjudicadas as actividades extracurriculares, que recrute recursos humanos do concelho, uma vez que, infelizmente, existem muitos professores em situação de desemprego. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que o agrupamento deveria de ser mais colaborante com a autarquia, nomeadamente através da realização de reuniões, de forma a não deixar todo o trabalho nas mãos desta edilidade. -----

-----Relativamente à questão da alimentação, teve conhecimento que há algumas IPSS que quebraram o protocolo com a autarquia por falta de pagamento e sensibiliza o Executivo para esta situação, uma vez que representa uma despesa acrescida para estas associações. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que as associações já foram contactadas e que irão proceder ao pagamento das prestações atrasadas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO:** -----

-----**Requerente: António José Amaral Marques;**-----

-----**INSPECÇÃO DE ELEVADORES;**-----

-----**RECTIFICAÇÃO À ACTA DE 22/08/2007;**-----

-----NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE COIMA – ETELVINA ROQUE FERREIRA; -----

-----CANCELAMENTO PARCIAL DO ALVARÁ N.º 2/94 – JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO; -----

-----MAPA DE OBRAS PARTICULARES; -----

-----CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO: -----

-----Requerente: Fernando Gomes; -----

-----EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DE SANTA EUFÊMEA: -----

-----SUSPENSÃO DOS TRABALHOS. -----

-----I – **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SETE** -----

-----Foi presente a acta número dezoito, da reunião ordinária do Executivo de cinco de Setembro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----Relativamente à elaboração das actas o **Senhor Vereador Rui Correia** disse que muitas das coisas que são ditas, depois não são reproduzidas na integra, no texto das mesmas, pelo que, solicita que as reuniões sejam gravadas de forma a facilitar o trabalho de quem as lavra e serem uma cópia fiel do que é dito. -----

-----II – **CESAE** -----

-----**ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**-----

-----Foi presente Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o CESAE para ratificar, que se anexa à presente acta (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Vereador António Graça Silva**, declarou-se impedido e abandonou a sala, não participando na discussão e aprovação da presente deliberação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Celorico da Beira e o CESAE, relativo ao processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** retomou os trabalhos. -----

-----**III - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMCEL RELATIVOS A 2006** -----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea d), do artigo n.º 16, da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e do n.º 1 do artigo 31.º dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe, que fica a fazer parte integrante desta acta (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez uma síntese do documento apresentado, salientando que durante o ano de 2006, a Administração da Empresa centrou os seus esforços no sentido de conseguir atingir os objectivos a que se tinha proposto no ano transacto. Para tal implementou algumas medidas com vista à reestruturação, organização e saneamento financeiro, que se irão revelar indispensáveis para que futuramente a EMCEL se transforme numa empresa financeiramente equilibrada, através da dinamização das suas actividades e racionalização de recursos. -----

-----O ano de 2006, caracterizou-se por uma reengenharia da empresa, centrada no controle dos custos e redução do pessoal, que se reflectiu

directamente no exercício económico e que prejudicou os resultados finais do ano, cifrando-se num resultado líquido de (-429 130,96€). -----

-----Referiu que o não cumprimento da totalidade do valor estabelecido no contrato programa com a Câmara Municipal, que se traduziu numa diminuição dos proveitos previstos em 495 779,03€, foi determinante para os resultados obtidos no período em causa. -----

-----Mencionou o facto de o controlo interno ao nível das existências continuar a apresentar algumas anomalias, o que obriga a empresa a proceder a regularizações continuadas, por quebras anormais, que no ano de 2006, se traduziram em prejuízos no montante de 17 184,35€. -----

-----Referiu que estas quebras se reportam quase em exclusivo ao Solar do Queijo e ao Centro Coordenador de Transportes, designadamente, ao bar e quiosque. Relativamente ao Solar, tal fica a dever-se à perda de peso do queijo no processo de cura. No bar do CCT, havia ofertas aos motoristas dos autocarros que atracavam na Central e no quiosque a eventuais furtos e má gestão dos produtos, dado que não era feita a correcta devolução dos excedentes.-----

-----Disse que esta situação está a ser controlada através da implementação de um sistema informático que permite um maior controle na gestão dos stocks.-----

-----Referiu ainda que existe uma dívida, à DGCI, por correcções efectuadas em sede de IVA que totaliza 19 643,83€, que tem vindo a ser paga em prestações mensais, e uma outra referente a contribuições para a Segurança Social que se cifra em 106 537,81€. -----

-----Houve um aumento da dívida às instituições bancárias no valor de 600 000€, no período em análise, para amortizações de empréstimos e contracção de outros, para fazer face às despesas e colmatar as fracas transferências da autarquia.-----

-----Continuou dizendo que o relatório do Fiscal Único da EMCEL alerta para o facto de “em virtude do resultado líquido negativo registado no ano económico de 2006, os capitais próprios da Empresa continuam a

deteriorar-se, apresentando o valor de 1 374 149, 43€, que corresponde a 41,53% do capital social. É uma situação motivo de preocupação uma vez que o Conselho de Administração deve tomar medidas no sentido de reforçar os capitais próprios para que o princípio de continuidade da Empresa se encontre assegurado”.-----

-----O Senhor Vereador referiu que este aumento de capital, só poderá ser feito pela via do património, através da recuperação dos edifícios que pertencem à EMCEL. -----

-----Referiu também que o facto de terem alugado o restaurante e bar do CCT fez com que houvesse uma diminuição dos custos com o pessoal, dado que absorveram cinco funcionários da EMCEL, situação que ainda não se encontra reflectida neste resultado pelo facto de ter ocorrido depois de 30 de Julho. -----

-----Relativamente à situação destes funcionários, dois deles, que são os actuais proprietários, rescindiram os contratos e foram indemnizados, deixando de fazer parte dos quadros da EMCEL, as outras três funcionárias, estão destacadas, não perdendo o lugar no quadro da Empresa, e podendo voltar quando o entenderem, sem perda de direitos. ---

-----Concluiu referindo que, caso em 2007 a Empresa não apresente resultados líquidos positivos ou nulos, poderá ser encerrada compulsivamente pelo governo. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que à imagem do ano anterior a grande justificação para os resultados apresentados é o incumprimento do contrato programa pela Câmara Municipal. -----

-----Mencionou ainda, o facto de a inexistência de controle interno já ter sido detectado no ano transacto e continuar a ser apontado no exercício de 2006, como causa de prejuízo, se esta situação não deveria já ter sido solucionada.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que o subsídio que é atribuído à EMCEL tem como objectivo balancear o resultado líquido do exercício, que, tecnicamente se pretende “zero”, pelo que as transferências são feitas de forma a cumprir este objectivo.-----

-----Relativamente ao controle de existências referiu que no quiosque, por exemplo, existe uma fatia que é referente a furto e o restante é de permanente abate. O ano em causa foi o ano em que foram regularizados os stocks. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** justificou o facto de a autarquia não estar a efectuar as transferências para a EMCEL, porque caso contrário poria em causa a realização de projectos e investimentos no município.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referiu que a privatização poderá ser uma alternativa viável e lógica para a Empresa Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** questionou o Executivo sobre em que moldes foi feita a cedência do espaço “Bar do Jardim” aos Bombeiros Voluntários, durante os meses de Verão. -----

-----E se este não seria um assunto que deveria ter vindo a reunião do Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que esta cedência foi feita tendo em conta que tinha sido aberto um concurso para exploração daquele espaço e ninguém tinha apresentado nenhuma proposta. Face a este cenário entre manter fechado e ceder a uma instituição que está a atravessar sérias dificuldades financeiras, com a qual a autarquia tem um protocolo, que não tem conseguido cumprir, optou-se pela cedência à Associação de Bombeiros Voluntários, até porque se tratava também da

devolução de um espaço aos munícipes que frequentavam o jardim e não tinham nenhuma infra-estrutura de apoio.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que não discordava com o facto de ter sido cedido aos Bombeiros Voluntários, discordava sim, com a forma, dado que existem outras associações na vila de Celorico que também poderiam estar interessadas. -----

-----**Após análise dos documentos, a Câmara deliberou, por maioria com duas abstenções, aprovar os documentos de prestação de contas da EMCEL, relativos a 2006 e remeter os mesmos, para conhecimento, à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c), número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção.** -----

-----**Abstiveram-se os Senhores Vereadores Hélder Bruno da Fonseca Gomes e Rui Jorge Pinto Correia.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia**, esclareceu que a abstenção dos Vereadores do PSD, relativamente à prestação de contas da EMCEL do ano de 2006, tem como principal causa o relatório apresentado pelo Revisor Oficial de Contas desta empresa. Espera que no ano de 2007, as situações relatadas evoluam de forma positiva, para que possam votar favoravelmente. -----

-----**IV - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DIRECCIONAL - TURISMO RURAL - ENTRONCAMENTO DA E.M. 557 (RAPA) E A E.M. 555 (PRADOS)**-----

-----**Requerente: António Campos de Almeida Rebelo** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 426/2007, datada de treze de Setembro de dois mil e sete, referindo que analisada a exposição, informa-se que o requerente pretende a colocação por parte da autarquia, de uma placa indicativa de Turismo Rural, junto ao cruzamento sito na localidade de Carriça.-----

-----Tendo em atenção a sinalização aprovada em reunião do executivo datada de 08/09/2005, no mesmo entroncamento (E.M. 557 (Rapa) e a E.M. 555 (Prados)), bem como, o estado de degradação das placas existentes no local, parece que deverá ser adquirida toda a sinalização já aprovada, bem como duas placas direccionais com a indicação de Turismo Rural. -----

-----Foram solicitados três orçamentos a firmas da especialidade, tendo só duas delas enviado os mesmos a esta autarquia. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar duas placas direccionais com a indicação de Turismo Rural, devendo ser adquirida toda a sinalização para o referido entroncamento. Deverão as mesmas ser devidamente cadastradas.**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA O ENTRONCAMENTO QUINTÃS DE CIMA - TERMAS DE SANTO AMARO**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 427/2007, datada de treze de Setembro de dois mil e sete, referindo que após ter sido comunicado pelo Senhor Presidente da Câmara a necessidade de colocar sinalização direccional no entroncamento Quintãs de Cima/Termas de Santo Amaro, atendendo ao facto dos autocarros turísticos, vindos de Linhares da Beira, não continuarem pela estrada principal em direcção à E.N. 17, mas sim em direcção às termas de Santo Amaro, bem como, da necessidade de colocar um espelho parabólico no mesmo entroncamento, informa-se que após deslocação ao local se constata a necessidade de colocar a sinalização representada na planta. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação dos sinais referidos, devendo os mesmos ser devidamente cadastrados.** ---

-----**ASSUNTO: PLACA DE ESTACIONAMENTO DO PÁROCO JUNTO À IGREJA EM CORTIÇÔ DA SERRA** -----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 428/2007, datada de catorze de Setembro de dois mil e sete, referindo que analisado o assunto e após deslocação ao local, informa-se que não há possibilidade de ser atribuído qualquer estacionamento, em toda a área envolvente à Igreja de Cortiçô da Serra, nem no Largo que lhe antecede (Largo do Terreiro), pelo motivo de não existir largura suficiente para que possa ser cumprido a alínea a) do N.º 1 do Artigo 50º do Decreto Lei N.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código de Estrada), no qual refere: “É proibido o estacionamento, impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos”. ----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que seja analisado conjuntamente com o Pároco de Cortiçô da Serra um novo estacionamento, junto ao Largo do Rossio.** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DO SINAL H4, NO ENTRONCAMENTO DA RUA E.U. DA AMERICA E E.M. 555, EM PRADOS**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 429/2007, datada de catorze de Setembro de dois mil e sete, referindo que analisado o assunto e após deslocação ao local, informa-se que atendendo ao facto da Junta de Freguesia de Prados informar esta autarquia que os condutores que desejam ir em direcção a Videmonte, tomam a direcção de um arruamento sem saída, o qual nos parece que poderá ser pelo facto de ter sido aplicado um novo tapete nesse arruamento, levando a que os condutores

interpretem esse arruamento como sendo a via principal, parece-nos que deverá ser colocado um sinal H4. -----

-----Segundo o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal H4 no entroncamento da Rua E.U. da América e E.M. 555, devendo o mesmo ser devidamente registado e cadastrado.** -----

-----**ASSUNTO: CORTE DE TRÂNSITO NO DIA EUROPEU SEM CARROS**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 430/2007, datada de catorze de Setembro de dois mil e sete, referindo que tendo esta autarquia aderido à iniciativa do Dia Europeu sem carros, serão realizadas no próximo dia 22 de Setembro, algumas actividades nesse intuito. -----

-----Nesse sentido pretende-se o encerramento da Avenida da Corredoura ao trânsito, desde o entroncamento da Rua Calouste Gulbenkian (antiga Rua do Hotel) até ao entroncamento com a Estrada do Mercado, desde as 8h até às 17horas, devendo ser colocada a respectiva sinalização. -----

-----Assim, caso seja aprovado o corte referido, deverão os respectivos serviços administrativos desta autarquia informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como à população em geral através de editais/avisos. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o encerramento da Avenida da Corredoura ao trânsito, desde o entroncamento da Rua Calouste Gulbenkian (antiga Rua do Hotel) até ao entroncamento com a Estrada do Mercado, desde as 8h até às 17horas, devendo ser colocada a respectiva sinalização, devendo os respectivos serviços**

administrativos desta autarquia informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de editais/avisos. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO** -----

-----**ASSUNTO: 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2007 -**

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a segunda alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2007, documentos que ficam apensos a esta acta, **(anexo IV)**. -----

-----**Submetidas à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos supramencionados.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: PASSE ESCOLAR ANO LECTIVO 2007/2008**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de catorze de Setembro de dois mil e sete, referindo que no decorrer da análise dos processos relativos à Acção Social Escolar, verificou-se que no respectivo regulamento não se encontram previstas as seguintes situações:

-----Crianças que não se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória ou que já atingiram o limite de idade para a frequência do ensino obrigatório.-----

-----Após a análise dos processos de Passes Escolares, o Gabinete de Acção Social verificou o enquadramento no respectivo escalão. Tendo por referência os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, ao escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de Passe Escolar, do ano lectivo 2007/2008, os alunos: Vânia Esperanço Almeida, Daiana Esperanço Almeida, Gonçalo Fernando Coito de Jesus, Daniel Ferreira dos Santos, Nuno José Ferreira dos Santos, Daniele Sanna, Vanessa Soraia da Silva Rocha, Cláudia Sofia Moraes Gomes, Susana Manuela Nunes Carvalho, Ana Rita Cardoso Simões, Ana Cláudia Rodrigues Marques e Márcia Filipa dos Remédios Lourenço, do escalão A (capitação até 181,23€) e os alunos: Suzana Filipa Sebastião Valente e Davide Emanuel Sebastião Alves, do escalão B (capitação até 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: António José Amaral Marques**-----

-----Foi presente requerimento n.º 948, datado de dez de Setembro de dois mil e sete, em nome de António José Amaral Marques, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Av.^a do Comércio – Celorico-Gare, freguesia de Fornotelheiro, inscrito sob o artigo número quinhentos e seis, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi executado antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em mil novecentos e oitenta e sete, o que implica que

tenha sido efectivamente construída antes de mil novecentos e oitenta e um. ---

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere foi executado antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**INSPECÇÃO DE ELEVADORES**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de catorze de Setembro do corrente ano, com o seguinte teor:-----

-----“Foi solicitado a este gabinete pela Secção de Obras Particulares, informação sobre a aplicação do regulamento relativo ao licenciamento e fiscalização de ascensores, por existirem dúvidas sobre a taxa a aplicar às inspecções realizadas.-----

-----O regulamento municipal sobre esta matéria, tem anexado uma tabela com fixação de um preço unitário de €120,00 (cento e vinte euros). --

-----No entanto o disposto no n.º 2 do artigo 14º do mesmo regulamento prevê que “as taxas são automaticamente actualizadas, anualmente, pela taxa média de inflação”.-----

-----Informa-se que o índice de inflação ao ser aplicado à taxa será de 1,035%.”-----

-----**Dando cumprimento ao estipulado no n.º 2, art. 14.º, do Regulamento para Inspeções de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, a Câmara deliberou, por unanimidade, actualizar as taxas constantes do citado regulamento, em 1,035% (índice de inflação).**-----

-----**RECTIFICAÇÃO À ACTA DE 22/08/2007**-----

-----Foi presente informação número 62/2007 do Gabinete Jurídico, datada de sete de Setembro de dois mil e sete, referindo que a deliberação tomada em 22/08/2007 deve ser rectificada por antes de ser tomada a decisão final, ter o interessado direito de ser ouvido. -----

-----Assim deve constar da deliberação que “por violar o art. 12º do Plano de Urbanização de Celorico da Beira e o art. 41º do DL 555/99 de 16 de Dezembro é intenção da Câmara Municipal indeferir a pretensão do requerente, devendo este ser notificado nos termos do disposto no artigo 100º e seguintes do CPA”. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar a deliberação da acta da reunião de Câmara de vinte e dois de Agosto de dois mil e sete, referente ao pedido de Informação Prévia – Operação de Loteamento em nome de Paulo dos Santos Cunha, passando a ter a seguinte redacção:** -----

-----**“A Câmara deliberou, por unanimidade, que por violar o art. 12º do Plano de Urbanização de Celorico da Beira e o art. 41º do DL 555/99 de 16 de Dezembro é intenção da Câmara Municipal indeferir a pretensão do requerente, devendo este ser notificado nos termos do disposto no artigo 100º e seguintes do CPA.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO DE COIMA – ETELVINA ROQUE FERREIRA** -----

-----Foi presente informação número 65/2007, do Gabinete Jurídico, datada de dezassete de Setembro, de dois mil e sete, referindo que foi solicitado à Câmara Municipal, pela requerente Etelvina Roque Ferreira, residente em Mesquitela, o pagamento de uma coima no montante de 249,39€, acrescido de custas do processo, no montante de 50,00€, no prazo de 10 dias à autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).-----

-----O pagamento desta coima, resulta da presença da requerente na feira do queijo, sem possuir a rotulagem obrigatória no queijo curado de ovelha que vendia.-----

-----Alega que deve esta edilidade suportar os custos da contra-ordenação, por naquele dia se encontrar em representação do município.---

-----Do contacto directo com a requerente resulta que esta é reformada e não possui meios económicos que lhe permitem custear o pagamento da coima.-----

-----**Face ao exposto e atendendo ao facto de a requerente D. Etelvina Roque Ferreira, estar em representação do município na Feira do Queijo de 2006, a Câmara, deliberou por unanimidade, proceder ao pagamento da coima no montante de 249,39€, acrescido de custas do processo, no montante de 50,00€, no prazo de 10 dias, à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**CANCELAMENTO PARCIAL DO ALVARÁ N.º 2/94 – JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DO ESPÍRITO SANTO**-----

-----Foi presente informação número 66/2007, do Gabinete Jurídico, datada de dezoito de Setembro de dois mil e sete, referindo que na sequência da caducidade do Alvará de loteamento n.º 2/94, referente ao Loteamento “Quinta das Ingotas”, sito na Quinta das Ingotas, Celorico da Beira – Gare, freguesia do Fornotelheiro, descrito na CRP de Celorico da Beira sob o n.º 00247/930518, de que é titular José Augusto Pereira do Espírito Santo, deve o Executivo deliberar requerer nos termos do disposto no n.º 3, do art. 79º, do D.L. n.º 177/2001, de 4 de Junho, o cancelamento parcial do alvará, à Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira com a indicação das descrições a manter.-----

-----Assim, nos termos do disposto no n.º 7, do art. 71º, do supra citado Decreto-Lei, devem manter-se as descrições, que se apensam a esta acta **(anexo V)**, na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira -----

-----**Face ao exposto, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao cancelamento parcial do alvará do loteamento supra identificado, incidindo, sobre as seguintes descrições:**-----

-----**Lote n.º 2 (CRP n.º 342/19950504); lote n.º 3 (CRP n.º 343/19950504); lote n.º 4 (CRP n.º 344/19950504); lote n.º 19 (CRP n.º 359/19950504).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número onze, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo VI)**. -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Fernando Gomes** -----

-----Foi presente requerimento n.º 937, datado de seis de Setembro de dois mil e sete, em nome de Fernando Gomes, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Calvário n.º 20, freguesia de Carrapichana, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e noventa e oito, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um. No entanto na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação apenas foi inscrita na matriz em mil novecentos e noventa e cinco, o que não significa que o mesmo não tenha sido efectivamente construído antes de mil novecentos e oitenta e um.-----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere terá sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DE SANTA EUFÊMEA**-----

-----**SUSPENSÃO DOS TRABALHOS**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o despacho do Senhor Presidente da Câmara, relativo à suspensão dos trabalhos da empreitada “Requalificação de Santa Eufêmea”.-----

-----O Senhor Presidente informou que esta suspensão decorre da necessidade de se fazer uma alteração ao projecto inicial, bem como ao facto de existirem omissões nos referido projecto.-----

-----Mais informou que a suspensão deverá manter-se até ao dia 15/10/2007.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente, com data de quatro de Junho de dois mil e sete, relativo à suspensão dos trabalhos da empreitada “Requalificação de Santa Eufêmea”.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro que a secretariei.-----

